

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Setembro/2022



## Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

*Lembram-se da história de Tristão e Isolda? O enredo gira em torno da transformação da relação entre os dois protagonistas. Isolda pede à criada, Brangena, que lhe prepare uma poção letal, mas, em vez disso, ela prepara-lhe um “filtro de amor”, que tanto Tristão como Isolda bebem sem saber o efeito que irá produzir. A misteriosa bebida desperta neles a mais profunda das paixões e arrasta-os para um êxtase que nada consegue dissipar – nem sequer o fato de ambos estarem traindo infamemente o bondoso rei Mark. Na ópera Tristão e Isolda, Richard Wagner captou a força da ligação entre os amantes numa das passagens mais exaltadas da história da música. Devemos interrogar-nos sobre o que o atraiu para essa história e por que motivo milhões de pessoas, durante mais de um século, têm partilhado o fascínio de Wagner por ela.*

*A resposta à primeira pergunta é que a composição celebrava uma paixão semelhante e muito real da vida de Wagner. Wagner e Mathilde Wesendonck tinham-se apaixonado de forma não menos insensata, se considerarmos que Mathilde era a mulher do generoso benfeitor de Wagner e que Wagner era um homem casado. Wagner tinha sentido as forças ocultas e indomáveis que por vezes conseguem se sobrepor à vontade própria e que, na ausência de explicações mais adequadas, têm sido atribuídas à magia ou ao destino. A resposta à segunda questão é um desafio ainda mais atraente.*

*Existem, com efeito, poções em nossos organismos e cérebros capazes de impor comportamentos que podemos ser capazes ou não de eliminar por meio da chamada força de vontade. Um exemplo elementar é a substância química oxitocina. No caso dos mamíferos, incluindo os seres humanos, essa substância é produzida tanto no cérebro como no corpo. De modo geral, influencia toda uma série de comportamentos, facilita as interações sociais e induz a ligação entre os parceiros amorosos.*

*Não há dúvida de que os seres humanos estão constantemente usando muitos dos efeitos da oxitocina, conquanto tenham aprendido a evitar, em determinadas circunstâncias, os efeitos que podem vir a não ser bons. Não se deve esquecer que o filtro de amor não trouxe bons resultados para o Tristão e Isolda de Wagner. Ao fim de três horas de espetáculo, eles encontram uma morte desoladora.*

(Adaptado de: DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras, edição digital)

1. Depreende-se das ideias de António Damásio que
  - (A) o consumo de oxitocina acarreta sérios prejuízos aos que fazem uso imoderado da substância.
  - (B) o comportamento autodestrutivo do compositor Richard Wagner explica sua submissão a um caso amoroso que deveria ter sido evitado.
  - (C) a oxitocina, comparável a uma poção mágica, é uma substância capaz de influenciar o comportamento humano.
  - (D) o enredo da ópera *Tristão e Isolda*, das mais conhecidas de Richard Wagner, reflete a tentativa do compositor de expiar a culpa por um relacionamento adúltero.
  - (E) uma personalidade tenaz é capaz de recorrer à vontade própria para evitar a interferência de substâncias como a oxitocina no comportamento.

---

2. Como recurso discursivo, o autor emprega uma comparação no seguinte segmento:
  - (A) *O enredo gira em torno da transformação da relação entre os dois protagonistas.* (1<sup>o</sup> parágrafo)
  - (B) *Na ópera Tristão e Isolda, Richard Wagner captou a força da ligação entre os amantes* (1<sup>o</sup> parágrafo)
  - (C) *Devemos interrogar-nos sobre o que o atraiu para essa história* (1<sup>o</sup> parágrafo)
  - (D) *Não há dúvida de que os seres humanos estão constantemente usando muitos dos efeitos da oxitocina* (4<sup>o</sup> parágrafo)
  - (E) *Wagner e Mathilde Wesendonck tinham-se apaixonado de forma não menos insensata* (2<sup>o</sup> parágrafo)

---

3. conquanto tenham aprendido a evitar, em determinadas circunstâncias, os efeitos que podem vir a não ser bons. (4<sup>o</sup> parágrafo)  
Sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido, a palavra sublinhada pode ser substituída por
  - (A) assim.
  - (B) como.
  - (C) conforme.
  - (D) embora.
  - (E) porquanto.



4. As vírgulas isolam um segmento que expressa ideia de explicação no trecho:
- (A) *Isolda pede à criada, Brangena, que lhe prepare uma poção letal*
  - (B) *No caso dos mamíferos, incluindo os seres humanos, essa substância*
  - (C) *Existem, com efeito, poções em nossos organismos e cérebros capazes de impor comportamentos*
  - (D) *mas, em vez disso, ela prepara-lhe um “filtro de amor”*
  - (E) *conquanto tenham aprendido a evitar, em determinadas circunstâncias, os efeitos que podem vir a não ser bons*
- 

5. Lembram-se da história de Tristão e Isolda?

Transposto para o discurso indireto, o trecho acima assume a seguinte redação:

- (A) Ele perguntou: vocês se lembram da história de Tristão e Isolda?
  - (B) Ele perguntou se nós nos lembrávamos da história de Tristão e Isolda.
  - (C) Ele perguntou-nos se acaso lembráramos da história de Tristão e Isolda.
  - (D) Ele pergunta a vocês se lembram da história de Tristão e Isolda.
  - (E) Ele pergunta se se lembraram da história de Tristão e Isolda.
- 

6. *mas, em vez disso, ela prepara-lhe um “filtro de amor”* (1º parágrafo)  
*que podem vir a não ser bons.* (4º parágrafo)

Os pronomes sublinhados acima referem-se, respectivamente, a

- (A) *filtro de amor* – *efeitos*
  - (B) *filtro de amor* – *determinadas circunstâncias*
  - (C) *Brangena* – *efeitos*
  - (D) *Isolda* – *oxitocina*
  - (E) *Isolda* – *efeitos*
- 

7. *A misteriosa bebida desperta neles a mais profunda das paixões.*

No contexto em que se encontra, o segmento sublinhado acima exerce a mesma função sintática do que está também sublinhado em:

- (A) *Wagner era um homem casado.*
  - (B) *O enredo gira em torno da transformação da relação entre os dois protagonistas.*
  - (C) *Existem, com efeito, poções em nossos organismos e cérebros*
  - (D) *o que o atraiu para essa história*
  - (E) *Isolda pede à criada, Brangena, que lhe prepare uma poção letal.*
- 

8. Está adequada a **redação** do seguinte comentário:

- (A) Ainda que possam haver efeitos adversos, a oxitocina consiste em substância importante quando se tratam de interações sociais.
  - (B) Se se considerasse as forças indomáveis do comportamento humano, não deveria causar espanto o relacionamento de Wagner e Mathilde.
  - (C) Muitos consideram que forças ocultas e indomáveis devem ser contidas pela força de vontade.
  - (D) Na ópera de Wagner, atribuem-se aos efeitos de um filtro de amor o final trágico do romance entre Tristão e Isolda.
  - (E) Milhões de pessoas vem compartilhando o mesmo fascínio, que acometeu Wagner pela história de Tristão e Isolda.
-



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 13, leia o texto de John Gledson.

Na década de 1880, Machado de Assis publicou cerca de oitenta contos, numa espantosa explosão de criatividade, que também rendeu seu primeiro grande romance, *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880).

Como isso aconteceu – por que aconteceu, e por que nesse momento? Nada é mais difícil de explicar do que a explosão de um gênio criador – e não devemos duvidar que é disso que se trata. Contos podem parecer fáceis, escritos algo apressadamente como uma espécie de subproduto de um trabalho mais sério ou até como sintomas de uma incapacidade passageira de empreender “obras de maior tomo” (palavras de Dom Casmurro), mas nada está mais longe da verdade. Contos não são romances imperfeitos – existem com seus direitos próprios, e quando Machado começou a escrever os seus melhores, o gênero estava conquistando uma nova dignidade.

O traço mais importante de seus contos é a ironia, com frequência fixada por um estilo que muitas vezes emprega certo registro de linguagem a fim de estabelecer, desde a primeira palavra, que nada ali é para ser levado inteiramente a sério, que aquilo não é a fala direta do autor: “A coisa mais árdua do mundo, depois do ofício de governar, seria dizer a idade exata de Dona Benedita”. Machado podia parodiar qualquer tipo de linguagem, da Bíblia à dos jornais (essa, de fato, era a que satirizava com mais frequência). No começo dos anos 1880, Machado não só estabelecera seu direito a falar do universo, mas também principiara a fazer o retrato da sociedade brasileira sob uma luz inteiramente nova. Os romances bem-educados dos anos 1870, que elevavam a vida social, deram lugar à sátira selvagem de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que mostrava realidades – adultério, prostituição, escravatura, o tratamento dado aos agregados – com uma nitidez e uma cólera inteiramente impossíveis alguns anos antes.

Uma coisa é certa: a expansão do material possível de Machado e o distanciamento irônico que ele adota são inseparáveis. Digamos assim: se ele não tivesse encontrado modos dos mais variados (irônicos, sarcásticos, mas sempre semiocultos) de se expressar a respeito de coisas sobre as quais não devia falar, ou às quais só podia se referir de soslaio, suas histórias jamais teriam existido; podemos sentir sua satisfação quando se aproxima de outra questão espinhosa e acaba encontrando novas maneiras de falar sobre coisas demasiado embaraçosas para mencionar diretamente. Na minha opinião, isso ajuda a explicar o êxito de seus contos – Machado caminhava no fio da navalha.

(Adaptado de: GLEDSON, John. Trad. Fernando Py. In: **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, edição digital)

9. Machado caminhava no fio da navalha. (4º parágrafo)

Na frase acima, Gledson indica que Machado de Assis

- (A) oscilava entre a linguagem literária rebuscada e o fascínio pela coloquialidade das crônicas de jornal.
- (B) evocava memórias afetivas a fim de transmitir aos leitores o valor da experiência individual.
- (C) abordava temas que causavam constrangimento e sobre os quais não podia falar de maneira explícita.
- (D) desagradava a parte mais conservadora do público leitor, cuja atenção, entretanto, precisava conquistar.
- (E) estava convicto de que o distanciamento era o meio mais profícuo de retratar o caráter irresoluto da sociedade brasileira.

10. Gledson considera que, antes de fazer o retrato da sociedade brasileira sob uma luz inteiramente nova (3º parágrafo), Machado de Assis produziu romances

- (A) irônicos.
- (B) satíricos.
- (C) herméticos.
- (D) edificantes.
- (E) melancólicos.



11. Leia as afirmações abaixo.

- I. No trecho *Machado podia parodiar qualquer tipo de linguagem, da Bíblia à dos jornais*, (3º parágrafo) o emprego da crase se deve à supressão da palavra “linguagem”.
- II. O emprego da crase é facultativo em *às quais só podia se referir de soslaio*. (4º parágrafo)
- III. No trecho *acaba encontrando novas maneiras de falar sobre coisas demasiado embaraçosas* (4º parágrafo), a palavra sublinhada foi empregada como adjetivo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.

12. Está correta a **redação** do seguinte comentário:

- (A) O conto, que constitui gênero literário em prosa, o qual se contam histórias centradas em um enredo, ganha importância cada vez maior nos meios literários.
- (B) Não cabem aos leitores imaginar que seja mais fácil produzir contos do que obras mais extensas.
- (C) Causam grande admiração por parte daqueles que se dispõem a ler os contos de Machado de Assis, a ironia afiada das obras da década de 1880.
- (D) Até mesmo um escritor do calibre de Machado de Assis, encontra dificuldade de conceber formas mais profícuas, com que se expressarem.
- (E) Não se encontra outra justificativa para a profícua produção literária de Machado de Assis que não seja o surgimento de um gênio criador.

13. “A coisa mais árdua do mundo, depois do ofício de governar, seria dizer a idade exata de Dona Benedita”.

No trecho acima, o narrador recorre à seguinte figura de linguagem:

- (A) hipérbole.
- (B) personificação.
- (C) antítese.
- (D) eufemismo.
- (E) pleonasma.

#### Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

14. Ivo e Ivonete são parentes por consanguinidade em linha colateral de quarto grau e atuam como magistrados no Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno desse Tribunal, Ivo e Ivonete

- (A) não poderão integrar a mesma turma, mas poderão atuar conjuntamente nas respectivas sessões.
- (B) poderão integrar a mesma turma e, também, atuar conjuntamente nas respectivas sessões.
- (C) não poderão integrar a mesma turma, mas poderão atuar conjuntamente nas respectivas sessões se estiverem substituindo o titular.
- (D) poderão integrar a mesma turma, pois a proibição atinge apenas cônjuge e parentes consanguíneos e afins até o segundo grau.
- (E) não poderão integrar a mesma turma, pois a proibição atinge cônjuge e parentes consanguíneos em linha colateral até o quarto grau.

15. Considere:

- I. O Tribunal Pleno funcionará com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros.
- II. As Turmas compõem-se de quatro Desembargadores do Trabalho.
- III. Cada Turma funcionará com o quórum mínimo de três membros, incluído o respectivo Presidente.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



## Raciocínio Lógico-Matemático

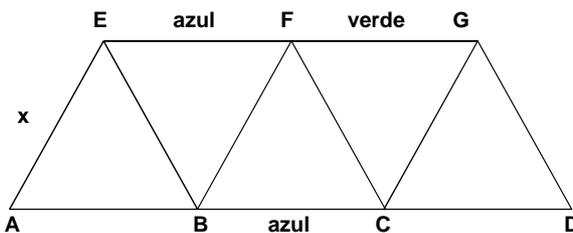
16. Moedas de 1 real, 50 centavos e 10 centavos foram guardadas em três gavetas. Sabe-se que na primeira gaveta há 6 moedas totalizando 1 real e na segunda gaveta o valor total é de 50 centavos. Existem 10 moedas de 10 centavos e pelo menos uma de 1 real. Se nas três gavetas há apenas 3 reais, o número total de moedas é
- (A) 10.  
(B) 15.  
(C) 13.  
(D) 17.  
(E) 20.

17. Uma prova com cinco questões foi aplicada para Ana, Berenice e Carlos. Quem tiver o maior número de acertos ou empatar com o maior número de acertos pode ganhar ou dividir um prêmio. Sabe-se que:
- Houve apenas um vencedor e foi menina.
  - Só Carlos acertou a primeira questão.
  - Só uma menina acertou a questão 5.
  - Todos acertaram a questão 4.
  - Só uma pessoa acertou a questão 3.
  - Só Berenice errou a questão 2.

O nome da vencedora e o número de acertos são:

- (A) Ana com 4 acertos.  
(B) Ana com 3 acertos.  
(C) Berenice com 4 acertos.  
(D) Berenice com 3 acertos.  
(E) Ana com 5 acertos.

18. Considere a figura abaixo.



Cada um dos segmentos da figura deve ser pintado de azul, de rosa ou de verde, de tal forma que os três lados de cada triângulo tenham cores diferentes. O lado indicado por  $x$  pode ser pintado

- (A) apenas de azul.  
(B) de azul ou de verde.  
(C) apenas de rosa.  
(D) de rosa ou de verde.  
(E) apenas de verde.
19. Se um determinado mês teve 5 sábados, 5 domingos, 4 segundas-feiras e 4 sextas-feiras, o mês seguinte terá 5
- (A) sábados.  
(B) domingos.  
(C) quintas-feiras.  
(D) sextas-feiras.  
(E) quartas-feiras.

20. Um prédio possui vários andares, e em cada andar há a mesma quantidade de apartamentos. Se houver  $k$  apartamentos por andar, então os apartamentos do 1º andar são numerados de 1 a  $k$ , os apartamentos do 2º andar são numerados de  $k + 1$  a  $2k$  e assim por diante. Se Maria mora no apartamento 18 que está no 3º andar e Bruno mora no apartamento 50 do 7º andar, o número de apartamentos por andar é
- (A) 6.  
(B) 7.  
(C) 9.  
(D) 8.  
(E) 5.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo e/ou Administração Pública**

21. A propósito do processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 estatui que
- (A) é vedada a *reformatio in pejus* nos recursos interpostos contra a pena aplicada.
  - (B) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada sempre que houver absolvição na esfera criminal.
  - (C) a comissão que atuar na sindicância deve conduzir o processo administrativo disciplinar dela resultante.
  - (D) a revisão do processo disciplinar não gera direito à reintegração em favor de ocupante de cargo em comissão que dele tenha sido destituído.
  - (E) o servidor acusado deve ser representado por advogado, devendo-se nomear defensor dativo com essa qualidade, em caso de revelia.
- 
22. As chamadas Organizações Sociais (OS) são entes de colaboração com a Administração Pública e seu regime legal se caracteriza
- (A) por serem escolhidas mediante processo licitatório, para desempenho de serviços públicos em caráter descentralizado.
  - (B) pela participação de representantes do Poder Público em seu conselho de administração.
  - (C) pela obrigatoriedade de seleção de seus funcionários por concurso, em vista do princípio da impessoalidade.
  - (D) pelo exercício de quaisquer atividades de interesse público, desde que não haja finalidade lucrativa.
  - (E) pela celebração de termo de parceria, em que são fixadas as regras do regime de colaboração entre a OS e o Poder Público.
- 
23. Ao tratar da aplicação de sanções por improbidade, a Lei nº 8.429/1992, em sua redação vigente, dispõe que
- (A) a requerimento do réu, na fase de cumprimento de sentença, o juiz unificará eventuais sanções aplicadas com outras já impostas em outros processos.
  - (B) a reincidência da prática de improbidade acarretará a aplicação em dobro da penalidade aplicada anteriormente.
  - (C) em caso de acumulação, a aplicação da sanção de perda da função em um vínculo acarretará, automaticamente, a perda do outro vínculo que o apenado possua com a Administração Pública.
  - (D) no caso em que uma dada conduta importe, concomitantemente, enriquecimento ilícito, lesão ao erário e violação aos princípios da Administração Pública, deve-se aplicar a maior sanção, acrescida de 1/3.
  - (E) as sanções de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratar ou de receber incentivos fiscais ou creditícios do poder público observarão o limite máximo de 30 anos.
- 
24. A Lei nº 13.460/2017 prevê os direitos do usuário dos serviços públicos e contempla medidas que o favoreçam, destacando-se nesse conjunto
- (A) a igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de preferência.
  - (B) a comunicação prévia ao usuário do desligamento de serviços, salvo nos casos de inadimplemento.
  - (C) o direito de manifestação acerca da prestação de serviços públicos, inclusive de forma anônima.
  - (D) a autenticação de documentos pelo próprio usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.
  - (E) a avaliação por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.
- 
25. O setor de Recursos Humanos de uma Secretaria Municipal de Educação constatou que determinado professor havia apresentado diploma falsificado para a investidura em seu cargo público, ocorrida há 8 anos. Em razão dessa situação, a Administração Pública deverá
- (A) promover a cassação do ato de posse do servidor, visto que ele deu causa à situação de irregularidade em sua investidura.
  - (B) promover a anulação do ato de posse do servidor e de todos os atos que ele tenha praticado desde a sua investidura.
  - (C) promover a anulação do ato de posse do servidor, mantendo-se os atos que ele praticou que não tenham outros vícios, em prestígio ao princípio da proteção à confiança.
  - (D) ajuizar ação anulatória da posse do servidor, visto que, dado o tempo transcorrido, há necessidade de provimento judicial para que haja tal invalidação.
  - (E) arquivar o procedimento, visto que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos.

**Direito Constitucional**

**Atenção:** Para responder às questões de números 26 a 30, considere a Constituição Federal de 1988.

26. A arguição de descumprimento de preceito fundamental tem por objetivo evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do poder público e será apreciada pelo
- (A) Senado Federal.
  - (B) Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) Conselho Nacional de Justiça.
  - (D) Congresso Nacional.
  - (E) Supremo Tribunal Federal.
- 
27. Os moradores de um determinado bairro da cidade de Teresina desejam criar, na forma da lei, uma associação com o intuito de melhorar o bem-estar da comunidade onde vivem. A criação dessa associação
- (A) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ela ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, não sendo necessário, em nenhum dos casos, o trânsito em julgado.
  - (B) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ela ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
  - (C) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ela ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
  - (D) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, podendo ela ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial ou por meio de processo administrativo, exigindo-se o trânsito em julgado quando a decisão for judicial.
  - (E) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ela ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- 
28. Marcela tem 30 anos e realiza a mesma função que Clotilde, da mesma idade, na mesma empresa privada, onde foram admitidas na mesma data, sendo que Clotilde trabalha apenas no horário diurno e Marcela somente no período noturno. Fernando tem 32 anos, é trabalhador rural e acabou de ser dispensado sem justa causa. Com base apenas nas informações fornecidas, Marcela tem, entre outros direitos, o de receber
- (A) seguro-desemprego, se vier a pedir demissão, não sendo assegurado à Fernando o direito ao seguro-desemprego, por se tratar de trabalhador rural.
  - (B) exatamente a mesma remuneração que Clotilde e Fernando tem direito ao seguro-desemprego.
  - (C) seguro-desemprego, se vier a pedir demissão para constituir sua própria empresa, e Fernando terá direito ao aviso prévio de, no máximo, 30 dias.
  - (D) remuneração superior à de Clotilde e Fernando tem o direito ao seguro-desemprego.
  - (E) remuneração superior à de Clotilde, não sendo assegurado a Fernando o direito ao seguro-desemprego, por se tratar de trabalhador rural.
- 
29. Considere:
- I. Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção ou a disponibilidade e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.
  - II. Representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
  - III. Elaborar anualmente relatório estatístico sobre processos, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- São atribuições do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras, aquelas constantes em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.



30. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, dentre outros,
- (A) todos os conflitos de competência que envolvam órgãos com jurisdição trabalhista, cabendo ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os demais conflitos de competência.
  - (B) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvados os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal, os quais deverão ser processados e julgados, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (C) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvados os conflitos de competência entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal, os quais deverão ser processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvados apenas os conflitos de competência entre Tribunais Superiores, os quais deverão ser processados e julgados, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (E) os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvados apenas os conflitos de competência entre Tribunais Superiores, os quais deverão ser processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

---

### Direito Civil

31. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a lei nova
- (A) só revoga a anterior se regular inteiramente a matéria.
  - (B) começa a vigor, salvo disposição em contrário, na data de sua publicação.
  - (C) possui, em regra, efeitos repristinatórios.
  - (D) sempre revoga a anterior, se tiverem o mesmo objeto.
  - (E) tem efeitos prospectivos limitados pela proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada.
- 
32. De acordo com o Código Civil, a capacidade de direito
- (A) é atributo de toda pessoa e se inicia com o nascimento com vida, colocando-se a salvo, porém, os direitos do nascituro, desde a concepção.
  - (B) exsurge com dezesseis anos completos.
  - (C) exsurge com dezoito anos completos.
  - (D) inicia-se com a concepção e se subordina ao nascimento com vida.
  - (E) permite que qualquer pessoa exerça pessoalmente os atos da vida civil.
- 
33. De acordo com o Código Civil, consideram-se bens
- (A) móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
  - (B) móveis o direito à sucessão aberta.
  - (C) móveis as energias que tenham valor econômico.
  - (D) imóveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
  - (E) imóveis os materiais provenientes da demolição de algum prédio.
- 
34. De acordo com o Código Civil, na empreitada,
- (A) os riscos correm sempre por conta do dono.
  - (B) a obrigação de fornecer os materiais, em regra, se presume.
  - (C) o empreiteiro goza do prazo legal de carência de 180 dias para entrega da obra.
  - (D) o contrato não se extingue pela morte de qualquer das partes, salvo se houver sido celebrado em caráter personalíssimo.
  - (E) o empreiteiro só responde pela inutilização dos materiais se esta decorrer de dolo ou culpa grave.
- 
35. A respeito das garantias reais, dispõe o Código Civil que
- (A) o bem hipotecado não pode ser alienado.
  - (B) o credor pode ficar com o bem dado em garantia se a dívida não for paga no vencimento.
  - (C) o penhor se constitui pela transmissão da propriedade da coisa empenhada.
  - (D) todo credor tem penhor legal sobre os bens que lhe forem confiados a reparo ou melhoramento.
  - (E) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título ou na quitação.



**Direito Processual Civil**

36. De acordo com o Código de Processo Civil, o impedimento ocorre se o juiz for
- (A) inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
  - (B) prestador de serviços para instituição de ensino que figure como parte; esta causa de impedimento se aplica também ao membro do Ministério Público, aos auxiliares da justiça e aos demais sujeitos imparciais do processo.
  - (C) credor de qualquer das partes.
  - (D) inimigo de qualquer das partes, embora não de seus advogados.
  - (E) devedor de qualquer das partes.
- 
37. De acordo com o Código de Processo Civil, a incompetência relativa deve ser alegada
- (A) a qualquer tempo e grau de jurisdição, por simples petição.
  - (B) por meio de exceção de incompetência, que será distribuída no prazo da contestação.
  - (C) na contestação, que poderá ser protocolada no foro do domicílio do réu, ainda que a ação haja sido proposta em local diverso.
  - (D) na contestação, que deverá ser protocolada necessariamente no local da propositura da ação, a fim de possibilitar a realização de audiência de conciliação.
  - (E) por meio de exceção de incompetência, a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- 
38. De acordo com o Código de Processo Civil, a assistência
- (A) é dita litisconsorcial sempre que o assistente puder ser atingido economicamente pelos efeitos sentença.
  - (B) será admitida em qualquer procedimento, desde que requerida no prazo da contestação.
  - (C) é admissível nos procedimentos de jurisdição contenciosa, até o saneamento do processo.
  - (D) será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
  - (E) obsta, sem o consentimento do assistente, ainda que simples, a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o qual se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- 
39. De acordo com o Código de Processo Civil, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica
- (A) não tem cabimento na fase de conhecimento.
  - (B) será dispensado se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
  - (C) suspende o processo, ainda que haja sido requerida na petição inicial.
  - (D) é resolvido por sentença, que será proferida antes da instrução.
  - (E) prescinde de comprovação dos pressupostos do direito material.
- 
40. Diz-se sem resolução de mérito a sentença que
- (A) reconhece a existência de coisa julgada.
  - (B) pronuncia a prescrição.
  - (C) homologa a transação.
  - (D) homologa a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
  - (E) acolhe ou rejeita o pedido formulado na ação ou na reconvenção.

**Direito do Trabalho**

41. Suzana foi contratada como assistente de informática, prestando seus serviços em regime de teletrabalho. Uma das características desse tipo de regime de trabalho é que o empregado prestará serviços fora das dependências de seu empregador, preponderantemente ou não. Ainda, de acordo com a CLT,
- (A) a pedido do empregador, poderá haver a alteração para o regime presencial, garantido o prazo mínimo de 30 dias, com anotação em aditivo contratual.
  - (B) em algumas ocasiões, o regime de teletrabalho se equipara ao operador de telemarketing ou de teleatendimento.
  - (C) também chamado de trabalho remoto, no desempenho de suas funções, Suzana, utilizará de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não se configurem como trabalho externo.
  - (D) é vedada a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto para estagiários e aprendizes.
  - (E) como todo contrato de trabalho, poderá tal regime ser contratado de maneira tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito.

42. Celina e Sérgio foram empregados da Loja de Calçados Passo Certo Ltda., por 6 e 8 meses, respectivamente. Entretanto, em razão da crise econômica, foram dispensados em julho deste ano, quando a Celina foi concedido aviso prévio indenizado de 30 dias, sendo que Sérgio cumprirá 30 dias de aviso prévio trabalhado. Em relação ao prazo máximo previsto pela CLT para pagamento das verbas rescisórias,
- (A) Celina deve receber suas verbas até o 10º dia do término do aviso prévio e Sérgio até o 1º dia útil seguinte ao término do aviso prévio.
  - (B) ambos os empregados receberão em até 10 dias contados do término do contrato de trabalho.
  - (C) ambos os empregados receberão seus haveres em até 10 dias contados da concessão do aviso prévio.
  - (D) Celina deve receber suas verbas até o 1º dia útil seguinte ao término do aviso prévio e Sérgio até o 10º dia do término do aviso prévio.
  - (E) ambos os empregados receberão suas verbas 10 dias após a homologação sindical da rescisão do contrato de trabalho.

43. Considere:

- I. Santos é policial militar e está ativo em seu batalhão, mas nas horas de folga presta serviços como segurança em uma danceteria, recebendo ordens de seu superior hierárquico, além de um valor fixo mensal, nunca se fazendo substituir por outra pessoa.
- II. Cristina tem 18 anos e trabalha como ajudante geral na Siderúrgica Ásia S/A, recebendo adicional de insalubridade em grau máximo, tendo em vista a exposição ao agente físico ruído.
- III. Gerson presta serviços como narrador dos números sorteados, de 5ª feira a domingo, no Bingo 7 Belo, cumprindo horário de trabalho fixo, recebendo salário mínimo mensal e cumprindo todas as diretrizes da casa de jogo.

De acordo com os fatos narrados, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consolidada do TST, os contratos de trabalho descritos nas situações I, II e III são considerados, respectivamente,

- (A) válido, proibido e ilícito.
  - (B) proibido, proibido e ilícito.
  - (C) válido, ilícito e proibido.
  - (D) proibidos todos.
  - (E) ilícito, válido e proibido.
44. Nas funções exercidas por Eliezer, no setor de energia elétrica, ele recebe, além de seu salário, também adicional de periculosidade, pago em caráter permanente. Nas ocasiões em que Eliezer está de sobreaviso, de acordo com o entendimento sumulado do TST, o adicional de periculosidade
- (A) não integra o cálculo das horas de sobreaviso, uma vez que tal adicional também não integra as horas extras prestadas por Eliezer.
  - (B) integra o cálculo das horas de sobreaviso, tendo em vista que o referido adicional é pago em caráter permanente.
  - (C) integra o cálculo das horas de sobreaviso, mas pela metade, tendo em vista que Eliezer está em sua residência, sem contato ou em condições de risco.
  - (D) não integra o cálculo das horas de sobreaviso, tendo em vista que Eliezer não se encontra em condições de risco.
  - (E) não integra o cálculo das horas de sobreaviso, pois não existe a possibilidade de sobreaviso nas atividades expostas a condições de risco, ainda que remuneradas com adicional de periculosidade.



45. Cíntia se emocionou com a festa surpresa feita por seus colegas de trabalho da Joalheria D & D Ltda. quando se aposentou. Nessa oportunidade, ela sacou seus depósitos referentes ao FGTS, implementando uma hipótese para levantamento. Entretanto, a convite de seu empregador e contando com o carinho de seus colegas, continuou normalmente a prestar seus serviços por mais 4 anos, quando foi dispensada sem justa causa. Nos termos da legislação vigente e do entendimento pacificado do TST, em relação à multa de 40% sobre o FGTS,
- (A) somente se Cíntia não tivesse sacado seu FGTS por ocasião de sua aposentadoria e continuasse no emprego é que teria direito à multa integral sobre a totalidade dos depósitos de todo o contrato de trabalho.
  - (B) Cíntia terá direito à multa apenas no período dos 4 anos trabalhados após sua aposentadoria, uma vez que o saque efetuado quando de sua aposentadoria não acarreta a incidência da multa fundiária, não podendo, portanto, ser computada para a totalidade de seu contrato de trabalho.
  - (C) tendo em vista a manutenção do vínculo de emprego, Cíntia tem direito à metade da multa sobre a totalidade dos depósitos efetuados durante todo o contrato de trabalho.
  - (D) tendo em vista a manutenção do vínculo de emprego, Cíntia faz jus à multa integral sobre a totalidade dos depósitos efetuados durante todo o contrato de trabalho, uma vez que a aposentadoria espontânea não é causa de rescisão do contrato de trabalho.
  - (E) Cíntia não receberá a referida multa, pois quando se aposentou não era hipótese de seu pagamento e, agora, aposentada, sendo dispensada imotivadamente, não tem direito nem à multa e nem ao recebimento do seguro-desemprego.
- 
46. Henrique é ferroviário tendo ocorrido um acidente grave nas linhas que atende, afetando a regularidade do serviço. Nessa oportunidade, o superior hierárquico de Henrique exigiu que todos os empregados prestassem horas extras, sem limite de duração, para que fosse possível a retirada do trem, o apoio às vítimas, o conserto dos danos, bem como o revezamento de empregados, para que todos pudessem ter intervalos para descanso e finalmente o retorno à regularidade dos serviços. Henrique, entretanto, recusou-se a prestar horas extras, sem qualquer justificativa, razão pela qual foi dispensado por justa causa. No caso narrado, de acordo com a CLT,
- (A) não poderia ter sido aplicada a justa causa, pois Henrique é ferroviário, não tendo conhecimentos técnicos de socorro ou apoio às vítimas, serviços esses que são inerentes aos bombeiros, médicos, socorristas e aos colegas com conhecimento técnico para realização dos consertos.
  - (B) a justa causa foi regularmente aplicada, uma vez que a recusa de Henrique na prestação de horas extras sem limitação na ocorrência de força maior, conclusão de serviços inadiáveis ou, no caso dos ferroviários, casos de urgência ou de acidente, é considerada falta grave.
  - (C) a justa causa possui respaldo jurídico para ser aplicada, entretanto, para sua configuração, deveria o superior hierárquico de Henrique ter aplicado antes a pena disciplinar de suspensão pela conduta praticada, observando, assim, a exigência de dosagem e proporcionalidade das penalidades disciplinares.
  - (D) a ausência de limites diários para a prestação de horas extras fere o princípio da incolumidade do empregado, bem como a preservação de sua saúde e segurança do trabalho, razão pela qual agiu corretamente Henrique ao recusar-se a prestar horas extras, não sendo correta a justa causa aplicada.
  - (E) poderá Henrique apresentar a justificativa para sua recusa na prestação de horas extras sem limite de duração, caso em que a justa causa será revertida.
- 
47. A Tecelagem Fios Quentinhos Ltda. precisou cortar gastos, preservando os postos de trabalho de seus colaboradores. Assim, decidiu suprimir o turno da noite, compreendido entre as 22:00 hs. e às 6:00 hs., bem como as horas extras habituais. Roberto, que trabalhava nesse turno por 8 anos, foi informado que a partir do mês seguinte deveria escolher a prestação de seus serviços ou no turno das 6:00 hs. às 14:00 hs. ou no das 14:00 hs. às 22:00 hs. Miriam foi informada que não mais prestaria horas extras, adicional este que fez parte de sua remuneração durante 5 anos. Diante do caso narrado e de acordo com a legislação vigente e o entendimento sumulado do TST,
- (A) é ilícito ao empregador, unilateralmente, alterar o contrato de trabalho, devendo ter o aval do sindicato que representa seus empregados para qualquer alteração.
  - (B) em virtude do *jus variandi* do empregador podem ser suprimidos adicionais de remuneração, quando a condição gravosa que acarretava o seu pagamento não mais existe; entretanto, no caso da supressão de adicional noturno, como também foram suprimidos os pagamentos relativos à hora noturna reduzida, é devida uma indenização a Roberto.
  - (C) conforme o *jus variandi* do empregador podem ser suprimidos adicionais de remuneração, quando a condição gravosa que acarretava o seu pagamento não mais existe; entretanto, pelos anos de trabalho prestados, tais alterações somente são válidas aos novos empregados, caracterizando direito adquirido tanto para Roberto quanto para Miriam, que continuarão a recebê-los.
  - (D) tanto Miriam quanto Roberto terão direito a uma indenização, calculada sobre os anos de serviços prestados na condição que acarretava o pagamento dos adicionais de remuneração.
  - (E) por força do *jus variandi* do empregador podem ser suprimidos adicionais de remuneração, quando a condição gravosa que acarretava o seu pagamento não mais existe; entretanto, no caso da supressão de horas extras, é devida uma indenização a Miriam.



48. Marcelo está estudando para um concurso e, sobre o tema Férias, ele aprendeu que no curso do período aquisitivo o empregado não adquire o direito ao gozo de férias, nos termos da CLT, quando
- (A) tiver sido afastado somente por motivo de acidente de trabalho, recebendo benefícios previdenciários por mais de 6 meses, em período contínuo.
  - (B) optar por converter suas férias em abono pecuniário.
  - (C) tiver sido afastado por motivo de auxílio-doença ou de acidente de trabalho, recebendo benefícios previdenciários por mais de 6 meses, embora descontínuos.
  - (D) tiver 30 faltas injustificadas.
  - (E) gozar de licença remunerada por mais de 90 dias.

49. Ana Maria foi dispensada injustamente em fevereiro, cumprindo aviso prévio indenizado de 30 dias. Ocorre que, nesse período, ficou grávida, razão pela qual possui dúvidas se tem direito à reintegração ao emprego face à estabilidade provisória. Consultando-se com um advogado, de acordo com a CLT e o entendimento pacificado do TST, foi lhe dito que
- (A) não terá direito à estabilidade provisória no emprego uma vez que na data da dispensa seu empregador não tinha conhecimento de sua gravidez, agindo corretamente, sendo que fato superveniente não altera a rescisão do contrato de trabalho.
  - (B) não terá direito à estabilidade provisória no emprego, por ser considerado o período do aviso prévio indenizado como espécie de contrato por prazo determinado.
  - (C) somente teria direito à estabilidade provisória no emprego se tivesse cumprido o aviso prévio trabalhado e, no curso desse período, confirmado sua gestação.
  - (D) somente às empregadas domésticas a lei garante a estabilidade provisória no emprego quando a confirmação da gravidez ocorrer durante o período do aviso prévio trabalhado ou indenizado.
  - (E) terá direito à estabilidade provisória no emprego, uma vez que não é óbice a confirmação da gravidez no curso do aviso prévio indenizado.

50. A partir da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a CLT passou a prever nova modalidade de rescisão do contrato de trabalho, por mútuo acordo, segundo a qual o empregado passa a receber **I** do aviso prévio, se indenizado, **II** da indenização sobre o saldo do FGTS, **III** das demais verbas trabalhistas e poderá sacar **IV** do seu FGTS.

As lacunas **I**, **II**, **III** e **IV** são preenchidas, correta e respectivamente, com

- (A) 50% – 50% – 100% – 80%
- (B) 80% – 20% – 100% – 100%
- (C) 50% – 40% – 80% – 50%
- (D) 100% – 40% – 100% – 80%
- (E) 50% – 30% – 50% – 100%

#### Direito Processual do Trabalho

51. Humberto prestou serviços terceirizados de limpeza para o Condomínio Residencial Lagoa Azul, sendo que ao ser dispensado por sua empregadora Esponja & Sabão Serviços de Limpeza Ltda. ajuizou reclamação trabalhista contra ambas, requerendo o pagamento de diferenças de suas verbas rescisórias, com a condenação solidária das Rés no seu pagamento. A sentença proferida condenou as empresas no pagamento das verbas pleiteadas, fixando o valor da condenação em R\$ 5.500,00 e custas processuais em R\$ 110,00, determinando que o Condomínio é responsável subsidiário, tendo em vista a natureza da prestação de serviços. Ambas as Rés, assistidas por advogados diferentes, ingressaram com recurso ordinário, tendo a Esponja & Sabão pago as custas processuais em sua totalidade e o depósito recursal no valor de R\$ 5.000,00. Já o Condomínio efetuou pela metade tanto o recolhimento das custas processuais (R\$ 55,00), quanto o depósito recursal (R\$ 2.750,00). Nessa hipótese, nos termos da CLT e jurisprudência pacificada do TST, o juiz do trabalho determinará que
- (A) Esponja & Sabão complemente o valor do depósito recursal até o valor total fixado na sentença, em 5 dias, sob pena de deserção, não havendo tal possibilidade ao Condomínio, tendo em vista que a complementação posterior somente é possível no tocante ao depósito recursal e não às custas processuais, estando deserto seu recurso.
  - (B) Esponja & Sabão complemente o valor do depósito recursal até o valor total, bem como o Condomínio complemente tanto o depósito recursal quanto as custas processuais, comprovando-os em 5 dias, sob pena de deserção.
  - (C) ambos os recursos são considerados desertos, por terem comprovado o recolhimento das custas processuais e depósitos recursais em valores menores do que os devidos, não havendo possibilidade de complementação, mesmo que sejam valores ínfimos.
  - (D) Esponja & Sabão deverá complementar o valor do depósito recursal, em 8 dias, sob pena de deserção, uma vez que os valores comprovados pelo Condomínio estão corretos, tanto do depósito recursal quanto das custas processuais, por se tratar de ente sem finalidade lucrativa.
  - (E) Esponja & Sabão e o Condomínio deverão complementar o valor do depósito recursal até o teto previsto pelo TST, por hipótese, em R\$ 12.296,38, devendo o Condomínio complementar as custas processuais fixadas na sentença, comprovando-os em cinco dias, sob pena de deserção.



52. Na reclamação trabalhista movida por Júlia em face de Agência de Turismo Águas Azuis Ltda., foi alegada a prestação de serviços por três meses, sem o devido registro em CTPS, pleiteando Júlia o reconhecimento de vínculo de emprego. Ainda, disse que chegou para trabalhar em uma 2<sup>a</sup>-feira e foi informada que não mais precisavam de sua prestação de serviços no local, razão pela qual também requer a condenação da empresa no pagamento das verbas rescisórias devidas, pois nada recebeu. Na contestação apresentada, a reclamada negou que Júlia lhe tivesse prestado quaisquer serviços, não tendo direito, nesse caso, a verba rescisória, pois não houve dispensa. De acordo com a CLT e a jurisprudência sumulada do TST,
- (A) cabe à Agência de Turismo Águas Azuis Ltda. provar que não houve prestação de serviços e que não houve a dispensa de Júlia, por vistoriar, no processo do trabalho, o princípio do *in dubio pro misero*.
  - (B) Júlia terá que comprovar com testemunhas, documentos ou outros meios de prova a prestação de serviços para ter direito ao vínculo empregatício e registro em CTPS; outrossim, é da reclamada o ônus da prova de que não houve dispensa de Júlia e, sim, no caso de reconhecimento de vínculo empregatício, que a mesma pediu sua demissão, tendo em vista o princípio da realidade dos fatos.
  - (C) cabe a Júlia provar tanto a prestação de serviços com os requisitos para o reconhecimento de vínculo de emprego, por todos os meios de provas em direito admitidos, quanto a dispensa sem justa causa, pois são considerados fatos constitutivos do direito do autor, uma vez por ele alegados.
  - (D) o ônus de provar o término do contrato de trabalho passa a ser da reclamada, uma vez negada a prestação de serviços e o despedimento, tendo em vista o princípio da continuidade da relação de emprego, que constitui presunção favorável à empregada.
  - (E) o ônus da prova de que não houve relação de emprego passa a ser da reclamada, pois, por terem sido prestados serviços por três meses, caracteriza-se como contrato de experiência que não pode ser verbal, exigindo a lei que seja por escrito, acarretando, portanto, presunção relativa de veracidade dos fatos alegados na inicial.
- 
53. Foi proferida sentença trabalhista procedente em parte em face de Casa de Carnes Água na Boca Ltda., na 5<sup>a</sup>-feira (14/12), sendo disponibilizada a publicação no Diário de Justiça eletrônico na 6<sup>a</sup>-feira (15/12), por se tratar de PJe. A reclamada pretende ingressar com recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho, sendo que nesse caso hipotético em que não existam feriados regionais/estaduais, nos termos da CLT e da legislação federal vigente acerca do Processo Judicial Eletrônico, o prazo final para sua interposição será em
- (A) 29/01.
  - (B) 31/01.
  - (C) 26/01.
  - (D) 25/01.
  - (E) 01/02.
- 
54. Elisa pretende ajuizar reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora, a LMN Cosméticos Ltda. Marcel também pretende ajuizar ação, mas em face de seu ex-empregador a empresa Conservação de Vias e Asfalto Ltda., que prestava serviços para a Prefeitura Municipal, sendo esta também colocada como co-ré, por ser responsável subsidiária. Os valores das causas, respectivamente, foram de 10 e 20 salários mínimos. De acordo com a CLT,
- (A) ambas as causas correrão sob o procedimento ordinário.
  - (B) ambas as causas poderão ter o procedimento sumaríssimo.
  - (C) Elisa poderá ingressar com ação por meio do rito sumaríssimo, mas a de Marcel só poderá ser pelo rito ordinário.
  - (D) a causa de Marcel correrá sob o procedimento sumaríssimo e a de Elisa, sob o ordinário.
  - (E) ambas as causas correrão sob o procedimento sumaríssimo, desde que haja a concordância das partes.
- 
55. Claudete está executando sua ex-empregadora, tendo requerido a penhora da conta bancária de um dos sócios da empresa. A juíza indeferiu de plano tal pedido, sob fundamento que a referida conta recebia os proventos da aposentadoria desse sócio, pois o mesmo informou, sem nenhuma prova, que era aposentado. Contra tal decisão, de acordo com a CLT, Claudete poderá interpor
- (A) embargos de terceiro.
  - (B) mandado de segurança.
  - (C) recurso ordinário.
  - (D) agravo de instrumento.
  - (E) agravo de petição.



56. O Sr. Firmino está indo para a audiência da reclamação trabalhista movida por sua ex-empregada doméstica, Solange. Seu advogado avisou que já foram protocolados a contestação, a procuração *ad-judicia* e os documentos, eletronicamente. Apreoadas as partes, o advogado do Sr. Firmino não chegou a tempo e ele ingressou sozinho na sala de audiências, com a reclamante e sua advogada. Nessa oportunidade, ante a intenção das partes em não se conciliarem, o juiz informa ao reclamado que a contestação não foi juntada, somente a procuração de seu advogado. Nessa situação hipotética, nos termos da CLT,
- (A) o juiz concederá prazo para juntada da contestação e documentos em 24 horas, uma vez que não há revelia tendo o reclamado comparecido à audiência.
  - (B) deverá o juiz redesignar nova data para audiência, tendo em vista que já foi juntada a procuração do advogado do reclamado, mas este não compareceu.
  - (C) poderá o reclamado fazer sua defesa oralmente, em 20 minutos.
  - (D) o juiz decretará a revelia e confissão quanto à matéria de fato ao reclamado, pois não foi juntada a contestação.
  - (E) o juiz suspenderá a audiência, iniciando a próxima da pauta, para que dê tempo do advogado do reclamado chegar e elaborar a defesa oral, já que protocolada a procuração *ad-judicia*, somente seu patrono poderá fazê-lo.
- 
57. Larissa e sua ex-empregadora Café com Licor Ltda. celebraram acordo amigável quando da extinção do contrato de trabalho. Para que fosse válido, ingressaram por meio de seus respectivos advogados com petição conjunta requerendo a homologação do acordo extrajudicial perante a Justiça do Trabalho. Entretanto, o juiz não homologou o referido acordo, por entender que o valor que seria pago a Larissa lhe era desfavorável e muito aquém das verbas devidas, extinguindo o feito sem resolução do mérito. Nesse caso, de acordo com a CLT,
- (A) Larissa e sua ex-empregadora deverão propor novamente a mesma ação, que será distribuída livremente para outro juízo.
  - (B) as partes poderão interpor recurso ordinário da decisão que negou a homologação do acordo.
  - (C) o juiz não é obrigado a homologar o acordo, nada podendo ser feito pelas partes.
  - (D) Larissa deve ingressar com reclamação trabalhista contra a Café com Licor Ltda. e, na data da audiência, celebrar o acordo nos exatos termos que haviam combinado anteriormente, para homologação do juiz, mas omitindo que já foi realizada ação anterior.
  - (E) as partes poderão impetrar mandado de segurança contra o ato do juiz que negou a homologação do acordo, por violar direito líquido e certo.
- 
58. No decorrer de uma execução trabalhista e restando infrutíferas todas as formas de satisfação do julgado em nome da reclamada pessoa jurídica, o exequente Sávio instaurou incidente de desconsideração de personalidade jurídica para incluir o sócio na ação e penhorar seus bens pessoais. Submetido o feito ao contraditório, o sócio se opôs ao quanto pretendia Sávio, sendo que após os trâmites legais a juíza julgou procedente o incidente e incluiu o sócio para que a execução fosse sobre ele direcionada. Nos termos da CLT,
- (A) o sócio poderá recorrer da decisão, mas terá que garantir o juízo com 50% do valor devido.
  - (B) por se tratar de decisão interlocutória, essa decisão é irrecorrível de imediato, devendo o sócio aguardar a penhora de seus bens para interpor o recurso cabível.
  - (C) sendo a lei omissa a respeito, caberá à juíza do feito determinar se a decisão do incidente poderá ser objeto de recurso e se será necessário garantir o juízo.
  - (D) o sócio poderá recorrer da decisão independentemente de garantia do juízo.
  - (E) o sócio poderá recorrer da decisão, desde que garantido o juízo, com a totalidade do valor devido.
- 
59. Na reclamação trabalhista movida em face de Lojas Sinceridade Ltda., foi proferida sentença de procedência parcial pela Vara do Trabalho, sendo que nenhuma das partes recorreu. Um ano depois, a reclamada ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional do Trabalho, tendo o acórdão julgado improcedente o pedido. Ainda inconformada, pretendem as Lojas Sinceridade Ltda. ingressar com novo recurso. Nos termos da legislação vigente e entendimento sumulado do TST,
- (A) poderá ingressar com embargos para o Tribunal Superior do Trabalho.
  - (B) poderá ingressar com recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho.
  - (C) deverá valer-se do agravo interno para o próprio Tribunal Regional do Trabalho.
  - (D) deverá interpor agravo de instrumento para o Tribunal Regional do Trabalho.
  - (E) poderá ingressar com recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.
- 
60. Roberta foi incluída no polo passivo de reclamação trabalhista movida por Nestor, em fase de execução, com o reconhecimento de que existe grupo econômico, do qual faz parte Roberta. Insurge-se a mesma contra essa decisão impetrando Mandado de Segurança para discutir a legalidade do reconhecimento de grupo econômico e sua inclusão na ação. De acordo com a legislação vigente, bem como entendimento pacificado do STF e TST,
- (A) o Mandado de Segurança não será admitido nesse caso, uma vez que contra a decisão atacada existem outros recursos, que devem ser utilizados primeiramente, como os Embargos de Terceiro ou Embargos à Execução.
  - (B) pelo princípio da fungibilidade dos recursos e pela natureza da causa, uma vez que Roberta está na iminência de ter seus bens penhorados, o Mandado de Segurança será admitido e processado.
  - (C) o Relator intimará Roberta para emendar a inicial do Mandado de Segurança, para que seja reconhecido como Agravo de Petição, recurso cabível em fase de execução trabalhista.
  - (D) como se trata de violação a direito líquido e certo, não é necessário que Roberta se valha de outros recursos cabíveis, primeiramente, devendo ser admitido o Mandado de Segurança interposto.
  - (E) o Mandado de Segurança não será admitido porque o Juízo da execução não está garantido, sendo este o pressuposto processual necessário para sua impetração.